

# RESGATE HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS CRECHES

LINESSA POLIS KNORST<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que teve como referência a leitura de autores relevantes para o tema em estudo como: Ariès, Vygotsky, Silveira, Paschoal e Machado, dentre outros. Na atualidade já temos um olhar diferenciado para com as creches e demais instituições infantis, e sabemos que estas são espaços onde ocorrem aprendizados em relações humanas/sociais, espaços em que o aprendizado se dá por meio da interação social. Porém, em muitos momentos na história da creche, ela foi vista apenas como uma instituição que abrigava crianças enquanto as mães trabalhavam fora de casa, pois na realidade fora criada com este objetivo. Hoje, sabemos que ela tem um valor muito além do cuidado, pois contribui com a formação da criança.

**Palavras-chave:** História – Criança – Educação Infantil – Infância.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica baseada em autores cujos escritos tem por finalidade apresentar um histórico da infância e das primeiras instituições de ensino de educação infantil. Nesta perspectiva, buscou-se apresentar também o papel das creches na atualidade, relatando algumas práticas pedagógicas desenvolvidas nestas instituições de ensino, com o intuito de promoverem o desenvolvimento das crianças que a frequentam.

De acordo com os autores pesquisados, após a entrada da mulher no mercado de trabalho surgiram as primeiras instituições de educação infantil. Estas instituições tinham caráter assistencialista e funcionavam como “depósitos” de crianças cujos pais trabalhavam e não tinham onde deixá-las.

Ao longo da história é possível perceber o descaso que se tinha com o infante. As crianças eram submetidas a regras do mundo adulto e não tinham tempo nem espaço para o brincar, pois eram consideradas mini adultos.

---

<sup>1</sup> Pós-graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais pela FAI Faculdade de Itapiranga; Graduada em Pedagogia pela mesma instituição; Professora Efetiva de Educação Infantil na Rede Municipal de Tunápolis – SC. E-mail: liliktna@hotmail.com.

A função da educação infantil na atualidade tem outro enfoque: não é de apenas cuidar a criança – como se deu no início da história –, mas sim de possibilitar a vivência com o outro, aprendendo a conviver e se relacionar, a respeitar e a perceber o mundo no qual ela está inserida como um ser pensante e de direitos. É por meio do diálogo, da contação de histórias, dos momentos de interação e da própria rotina da creche, que as crianças se formam como cidadãos pensantes.

As instituições de educação infantil são, em alguns casos, o primeiro contato da criança com uma instituição de ensino, por este motivo ela precisa oferecer as condições necessárias para que as crianças tenham um desenvolvimento pleno. Com o presente escrito espera-se que esta temática possa ser repensada e que deste modo possa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da educação infantil em todos os âmbitos.

## **2 HISTÓRICO DA INFÂNCIA E DAS CRECHES**

Temos sabido tanto sobre a infância, temos discriminado tanto suas etapas e possibilidades, temos projetado tanto seu futuro que, para fortalecer e dinamizar as forças infantis que habitam nossos corpos, talvez seja propício deixar de saber, justamente [...] o que um infante pode ou não pode (KOHAN, 2007, p. 98).

No presente escrito, procuro traçar alguns momentos da história da infância e das instituições de ensino para as crianças, no intuito de abordar a trajetória histórica das mesmas, bem como os diferentes olhares que os autores têm sobre estas.

Tomando por base os escritos de Ariès (1986), podemos enfatizar que a infância não era algo apreciado na Idade Média, ou seja, nesta época as crianças eram criadas junto aos adultos desde muito cedo, sendo que frequentavam os mesmo espaços e não tinham “tempo” para brincar ou, de fato, viver a infância.

Em seu livro “História Social da Criança e da Família”, Ariès (1986) nos relata que, por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância, ou seja, não tentava representá-la, era como se não existisse lugar para a infância na sociedade. Conforme Ariès (1986, p. 50) “[...] uma miniatura otomaniana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças”. O tema da escultura é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, porém, o que o artista esculpiu foi um grupo de oito

verdadeiros homens, ao redor de Jesus, sem nenhuma característica de infante, foram simplesmente reproduzidos numa escala menor (ARIÈS, 1986).

Quando procuramos conhecer a história da infância, entendemos a visão que o artista tinha sobre a infância, pois aí percebemos que, de fato, a educação das crianças se dava na sua convivência com o mundo adulto. Naquela época, pregava-se que, por meio da convivência, a criança aprendia as normas e as regras da sua cultura, por isso a educação da criança foi durante séculos tarefa exclusiva das famílias.

Segundo Ariès (*apud* SILVEIRA 2009, p. 17), “[...] a consciência de que a infância é uma fase peculiar e que inspira cuidados diferenciados não é algo que se observou em todos os tempos. O entendimento sobre as particularidades da infância surgiu com o fim da Idade Média e se modificou durante os séculos”. Ainda conforme o autor, como para as crianças pequenas a sobrevivência era improvável, elas “não contavam” e, portanto, só seriam reconhecidas quando ingressassem no mundo dos adultos.

Por muitos anos, as crianças e os adolescentes foram vistos como mini-adultos, pois eram criados rigorosamente e deviam seguir precisamente o que os pais “mandavam”. O que se esperava das crianças naquele tempo era que aprendessem o bom comportamento e que assimilassem rapidamente as regras do mundo adulto. O que se esqueceu é que o meio em que as crianças e adolescentes viviam também influenciava para o comportamento dos mesmos.

É desnecessário enfatizar a influência marcante da família no crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente e na natureza das relações estabelecidas com outros grupos sociais e instituições. O nível socioeconômico, o grau de escolaridade, o tipo de ocupação, as características da habitação, o relacionamento entre os pais são alguns exemplos de circunstâncias ambientais que moldam as capacidades, atitudes e os comportamentos do adolescente (COLLI, 1984, p. 7).

Nas famílias do século XVIII é possível verificar dois sentimentos sobre infância: a paparicação e a preocupação em preservar e disciplinar as crianças. Esses sentimentos estavam incorporados e, portanto, iniciava-se a preocupação com a higiene e com a saúde física das crianças. Percebe-se aí que a criança ganhou um lugar central na família. A partir desta ressignificação da infância, tanto a família quanto a Igreja passam a se preocupar mais com o cuidado e educação da criança (ARIÈS, 1986; SILVEIRA, 2009).

De acordo com os escritos de Paschoal e Machado (2009), após a transição do Feudalismo para o Capitalismo, em que houve a substituição da força humana pela força motriz, houve uma reorganização na sociedade. O impacto causado pela Revolução Industrial fez com que a classe operária se submetesse ao novo regime das fábricas e máquinas. Conseqüentemente, esta Revolução ocasionou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, o que alterou o modo das famílias cuidarem e educarem seus filhos.

[...] a idéia [Sic.] de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta modernidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para a atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (KRAMER, 1982, *apud* SANTA CATARINA, 2005, p. 47).

Segundo Paschoal e Machado (2009), o nascimento da indústria moderna alterou a estrutura social vigente na época, o que ocasionou modificações significativas nos hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das mães mercenárias. Essas, ao optarem por não trabalhar nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Conforme Rizzo (1991), em função da crescente participação dos pais no trabalho das fábricas, fundições e minas de carvão, surgiram também outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento às crianças.

Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas. As atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas voluntárias (RIZZO, 1991, p. 31).

Paschoal e Machado (2009), relatam que as primeiras instituições que tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho surgiram na Europa e nos Estados Unidos. Haddad (1991), mostra que a instituição social que denominamos Creche surgiu durante o século XIX, nos países norteamericanos e europeus, com o triunfo da burguesia e a revolução industrial que modificou as condições e exigências da formação humana. Os ideais burgueses

suscitam uma visão paternalista da educação, ou seja, defendem a educação do povo para evitar desordens sociais.

Contudo, antes da criação dos Jardins de infância, Cambi (1999) refere-se à outra iniciativa para acolhimento de crianças pequenas das classes populares. São as “salas de custódia”, instituições alternativas para a guarda dos filhos durante as horas de trabalho da mulher nas fábricas. Nessas instituições, organizadas por particulares ou pela Igreja para exercerem um papel de vicariato em relação à família, trabalhavam profissionais com pouca preparação, que distraíam as crianças com jogos e orações.

As escolas maternas e jardins de infância tiveram, no início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos da criança. Apesar de seu início estar mais voltado para as questões assistencialistas e de custódia, estas instituições se preocupavam com questões de cuidados e de educação.

Segundo Adorni (2001, p. 02), as creches foram criadas tanto para atender à necessidade da mulher operária, quanto para atender os filhos das mães consideradas “incompetentes”.

[...] a creche surgiu também para atender os filhos das “mães incompetentes”, assim consideradas por não serem boas donas-de-casa e não cuidarem adequadamente de seus filhos, não evitando os perigos que pudessem levá-los à vagabundagem e à morte. Desta forma, caracterizou-se como uma relação de favor entre as associações provedoras e as famílias. Promovia-se a ideologia da família ao mesmo tempo em que se salientava a incompetência daquelas que se utilizavam das creches (ADORNI 2001, p. 02).

Durante a criação das creches, as crianças eram “classificadas” de acordo com a renda de cada família, pois, segundo Machado (2005, p. 29) “[...] tradicionalmente, as creches identificaram seu público alvo na população mais pauperizada, muitas vezes associando esse critério à exigência de que as mães estejam trabalhando”. Por causa desta exigência, apenas os filhos de trabalhadoras tinham direito a este atendimento, sendo que os pais retribuíam o cuidado com o trabalho nas fábricas.

Adorni (2001), nos coloca que na Europa, enquanto a família ocupava um espaço privilegiado em relação aos cuidados e educação da criança pequena, a creche constituía-se um local sem especificidade, sem valor próprio e caracterizava-se como uma instituição emergencial. Haddad (1991) enfatiza que as creches atuavam de forma precária, com insuficiência de recursos, má qualidade de

atendimento, quadro de funcionários sem formação, ausência de uma legislação e sem normas básicas de atendimento.

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo, pois já se pensava mais sobre o cuidado com as crianças, bem como com a alimentação das mesmas. Segundo estudos históricos, a creche no Brasil surgiu, no início do século XX, acompanhando o desenvolvimento capitalista. Segundo Rosemberg (2000), primeiramente não foi pensada para a “produção” de qualquer ser humano, mas para guardar os filhos recém-libertos de mães escravas. Durante muito tempo, elas tinham como função combater a pobreza e a mortalidade infantil. Por volta de 1946, há relatos da admissão de crianças nessas instituições. Estas eram, inicialmente, encaminhadas à inspeção em um gabinete médico, sendo que, na época, predominava o saber médico-higienista. A creche era um local de guarda e tinha por função compensar a carência das crianças e de suas famílias.

Os investimentos realizados na educação da criança pobre tinham por objetivo “melhorar” o país. Rocha (2005) cita as obras do Dr. Oscar Clark que, a partir da “religião da higiene”, sonhava com um “futuro risonho” para o Brasil. Por intermédio do discurso higienista, impunha-se essa concepção de um futuro feliz, utilizando os valores da classe dominante.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, elas começaram a exigir um espaço para seus filhos. Assim, os donos das indústrias, tentando diminuir a força desses movimentos, concediam benefícios em troca de questões disciplinares. A intenção era o controle dos funcionários dentro e fora da empresa. Foram criados centros esportivos, vilas operárias e creches. Nesse contexto, a creche era vista como uma modalidade de ensino, pois com o passar dos anos, foi melhorando o atendimento às crianças e permitindo que as demais classes sociais também pudessem usufruí-la, além de assegurar o bem estar das crianças.

Segundo Flach (2006), as primeiras creches tinham como objetivo principal atender os filhos das trabalhadoras, mas a prática refletia uma preocupação voltada a reforçar seu lugar e sua função no lar com os filhos. À creche cabia não somente guardar a criança, mas, sobretudo, aconselhar as mães sobre o cuidado com os filhos.

Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram

chamadas de Casa dos Expostos ou Roda. Em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil. A partir dos anos 30, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização do poder. Neste momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa (ADORNI, 2010, p. 5).

Durante as décadas de 30 e 50, eram poucas as creches fora das indústrias. Aquelas que existiam tinham uma conotação filantrópica, sustentadas por doações de famílias de melhor poder aquisitivo e do governo.

A creche era também defendida, naquele período por médicos e sanitaristas preocupados com a higiene das condições de vida da população mais pobre, que dispunha, em geral, apenas de moradias insalubres e superlotadas. As crianças destas famílias eram vítimas de freqüentes infecções.

Em resumo, o trabalho junto às crianças nas creches nesta época era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com alimentação, higiene e segurança física das crianças. Um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Na atualidade, vê-se que a creche não tem somente o objetivo de “cuidar” das crianças, mas sim de ajudá-las em seu desenvolvimento, em suas diversas necessidades e no modo de pensar e agir perante a sociedade na qual elas estão inseridas. Na creche, dá-se o primeiro passo para incluir a criança na sociedade, pois é por meio desta modalidade de ensino que a criança aprende a se comunicar e interagir com as outras crianças, criando, assim, um vínculo afetivo entre elas, permitindo que ela se torne um ser social.

De acordo com Paschoal e Machado (2009), na sociedade contemporânea, a criança tem a oportunidade de frequentar diversos ambientes de socialização desde cedo, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares. Isto é o que enriquece o crescimento e o desenvolvimento intelectual da criança.

Rabello e Passos (2010, p. 01) asseguram que os seres humanos nascem “mergulhados em cultura” e esta é uma das principais influências no desenvolvimento da criança. “O contexto cultural é o palco das principais transformações e evoluções

do bebê. Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir no mundo, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que nos recebeu, durante todo o ciclo vital”.

É por meio da interação do indivíduo com o meio, que se estabelece a ligação entre o aprendizado e o desenvolvimento do mesmo. Na educação infantil (creche), a criança aprende a conviver com outras crianças, a dividir o que tem, aprende também a ter suas particularidades, a ter ‘bons modos’, a usufruir de sua inteligência, enfim, obtém uma série de conhecimentos que farão a diferença em sua vida, na formação de sua identidade.

De acordo com Marchezan (2000, p. 39), “[...] a inteligência se forma a partir do nascimento [...] descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano”. Este descuido nos remete a pensar que privar a criança da educação infantil é privá-la de conhecimentos e vivências que jamais terá durante a vida.

A creche tornou-se um espaço de cuidado e educação muito requisitado, seja pela falta dos pais para com a criança devido ao trabalho, seja pela necessidade da criança interagir com as demais, seja pela popularidade que a educação infantil tem, pois exerce um excelente trabalho, enfim, as creches acabam por se tornar um lugar na qual os pais confiam à segurança dos filhos. A creche serve como “ponto de apoio” para muitas famílias que não tem onde deixar seus filhos e a veem como uma instituição que representa cuidado e aprendizado.

As creches e pré-escolas contemporâneas, em geral, têm por função complementar o trabalho e o cuidado da família, e não substituí-la como na maioria das vezes é entendido. Juntas, família, escola e comunidade, poderão oferecer o que a criança necessita para o seu desenvolvimento integral.

### **3 CONCLUSÃO**

Na atualidade, as creches atuam como “porto seguro” para aqueles pais que não tem um espaço para deixar seus filhos, pois, além de oferecer segurança e cuidado, esta modalidade de ensino também oferece educação de modo que, ao “acontecer a educação” dentro da creche, conseqüentemente, também acontece a promoção do desenvolvimento humano, pois educar não é tão somente ensinar bons modos, mas sim promover o desenvolvimento pleno da criança como correr, brincar, jogar, entre outros.



Vemos, no Brasil, nos últimos anos o desenvolvimento de programas que visam a estabelecer em creches a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Frente a essa nova “roupagem”, as creches buscaram construir uma identidade própria, diferente da qualificação compensatória, da guarda ou de assistência vista na sua história.

Atualmente, o papel das instituições educacionais junto à infância é fundamental para possibilitar espaços de brincadeiras, conversas, argumentações, expressão de sentimentos, ideias e sensações, pois são as interações e relações sociais que nos constituem enquanto humanos. Pelo processo de comunicação, as pessoas interagem e, a partir desta interação, é possível criar condições que favoreçam a geração subjetiva do conhecimento. Se as comunicações ampliam a possibilidade de interagir, aumentam também a possibilidade de aprender com prazer (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2005).

As práticas desenvolvidas com as crianças nas creches são relações humanas permeadas por múltiplas influências, tais como a prática de exercícios, o próprio brincar, a hora do soninho, entre outros. Neste sentido, concordamos com Alves (2009, p. 60) quando cita que “[...] aprender é muito divertido. Cada objeto a ser aprendido é um brinquedo. Pensar é brincar com as coisas. Brincar é coisa séria. Assim, brincar é coisa séria que é divertida.”

“O brincar se caracteriza por uma atividade que envolve pensamentos, reflexões, ideias e aprendizagens” (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2005, p. 47), e é este o objetivo no dia-a-dia da creche: proporcionar à criança momentos em que o brincar se torne aprendizagem e as contribuições das crianças tenham valor na hora da brincadeira, sendo que assim elas aprendem por prazer.

## REFERÊNCIAS

ADORNI, Dulcinéia da Silva. **A creche e o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos**: de agência de guarda a espaço educacional. Araraquara, S.I., 2001. Disponível em: <[http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/dulcineia\\_-\\_a\\_creche\\_e\\_o\\_direito\\_a\\_educacao.pdf](http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/dulcineia_-_a_creche_e_o_direito_a_educacao.pdf)>. Acesso em: 09 mai 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

COLLI, Anita S. **O adolescente e a família**. São Paulo, s.n., 1984. Disponível em: <http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/pdf/841.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

FLACH, Flávia. **Educação infantil: a educação e o cuidado enquanto espaços de subjetivação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HADDAD, Lenira. **A Creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

KOHAN, Walter. **Infância, política e pensamento**. Buenos Aires: Del estante, 2007.

MARCHEZAN, Nelson. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (org.). **Creches: crianças, faz de conta e Cia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. [S.l.], 2010. Disponível em: < <http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf> >. Acesso em: 16 mar. 2010.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, montagem e funcionamento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. (2005). A Higienização da Infância no “século da criança”. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de e MELLO, Suely Amaral (orgs.). **Linguagens Infantis: outras formas leitura**. Campinas: Autores Associados, p. 57 - 84.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil, Gênero e Raça. In: GUIMARÃES A. S. & HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz & Terra, 2000, p. 127 – 164.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SILVEIRA, Scheila Machado da. **Qualidade do atendimento de creches: análise de uma escala de avaliação**. Ribeirão Preto, 2009. Dissertação, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Dep. de Psicologia e Educação.